

Recursos só cobrem os débitos em atraso, afirmam banqueiros

Os recursos externos que o Brasil espera obter nas próximas semanas junto ao Fundo Monetário Internacional e bancos credores serão suficientes apenas para cobrir compromissos em atraso de empréstimos anteriores, importações e até juros de mora sobre essas dívidas, que não foram pagas no vencimento. Segundo economistas e representantes de bancos estrangeiros, só haverá um alívio efetivo de caixa se ocorrer, em seguida, a liberação de novos empréstimos e se a balança comercial continuar apresentando bons resultados.

O economista Yuichi Tsukamoto, da Fundação Getúlio Vargas e diretor da Sharp, disse que não dispõe de dados detalhados, mas explicou que, em linhas gerais, os recursos com entrada prevista para curto prazo são os seguintes: US\$ 1,2 bilhão relativos a parcelas que ainda não foram liberadas pelo FMI, do empréstimo negociado no início do ano, e ficaram retidas pelo não cumprimento das metas fixadas nas cartas de intenções; além disso, é possível esperar cerca de US\$ 5 bilhões dos bancos privados, dos quais cerca de US\$ 3,5 bilhões de antecipação do empréstimo "jumbo", de US\$ 6,5 bilhões, solicitado pelo Brasil, e mais US\$ 1,5 bilhão, que ficou retido de empréstimo anterior.

O total de US\$ 6,2 bilhões que seriam liberados nas próximas semanas pelo FMI e pelos bancos poderá ter, segundo Tsukamoto, a seguinte destinação: US\$ 1,1 bilhão para pagamento de dívidas atrasadas junto ao BIS (Banco de Pagamentos Internacionais), US\$ 1,1 bilhão para repor empréstimos-ponte (*bridge-loans*) concedidos a título de antecipação; US\$ 3,5 bilhões para pagar importações de bens e serviços que já venceram, e US\$ 500 milhões para cobrir

juros de mora sobre os vencimentos em atraso.

RESERVAS NEGATIVAS

O representante de um banco de Londres serviu-se de relatório elaborado pelo Banco Central para as negociações com os credores e chegou basicamente às mesmas conclusões de Tsukamoto. De acordo com esse relatório, que os bancos receberam no mês passado, o Brasil estava em 30 de junho deste ano com haveres de US\$ 2,94 bilhões e obrigações de US\$ 7,43 bilhões. A diferença entre haveres e obrigações correspondia, portanto, a US\$ 4,49 bilhões de "reservas líquidas negativas".

De acordo com os cálculos desse banqueiro de Londres, o Brasil está negociando "essa possível antecipação de US\$ 3,5 bilhões" do "jumbo" solicitado para que, somada às parcelas que ainda não foram liberadas do FMI, no valor de US\$ 1,2 bilhão, e dos bancos, de aproximadamente US\$ 1,7 bilhão, possa cobrir os vencimentos em atraso e ainda recompor as reservas brutas, conforme compromisso assumido com o FMI. Para recompor as reservas brutas (os haveres), o País precisaria de US\$ 858 milhões.

O diretor da área externa de um grande banco brasileiro, que na semana passada participou de uma reunião com a diretoria do Banco Central, disse que o Brasil conseguiu dos bancos que já aderiram aos projetos C e D, da renegociação da dívida, um *spread* (sobre a Libor) de apenas 0,62% sobre essas linhas de crédito, desde que os recursos permaneçam no Banco Central. O projeto C (créditos comerciais) ficará congelado ao nível de US\$ 10,27 bilhões até o final do próximo ano; o projeto D (operações interbancárias) deve ficar congelado em US\$ 6,0 bilhões até 30 de junho de 84.